

"O plano de saúde popular, que visa a oferecer coberturas básicas à população brasileira a preços acessíveis, segue necessitando de regulamentação. Um documento sugerindo a flexibilização do rol mínimo exigido pelos seguros saúde e o estabelecimento dos planos de copagamento, foi elaborado por um grupo de trabalho do Ministério da Saúde e encaminhado à Agência Nacional de Saúde Suplementar". É o que explica o ministro da Saúde, Ricardo Barros.

Segundo ele, "O objetivo é ampliar ao máximo a cobertura de planos à população para que a responsabilidade sobre o financiamento da Saúde seja dividida. Hoje, 55% do investimento é do setor privado e 45% do setor público", esclarece Barros. Para ele, quanto mais brasileiros tiverem os planos pagos pelos respectivos patrões, patrocinadores ou por si mesmos, menor será a demanda de atendimento pelo SUS.

"Ou seja, quanto mais tivermos a cooperação de empresários financiando planos individuais aos seus funcionários, mais qualidade poderemos oferecer aos que dependem exclusivamente do sistema público de saúde. Inclusive, já solicitei à presidente da FenaSaúde, Solange Beatriz Palheiro Mendes, que encaminhe uma proposta de regulamentação à ANS".

A dificuldade dos brasileiros em contratar planos individuais é um dos fatores que desacelera a ampliação do acesso ao sistema de saúde privado. "As empresas se afastaram dos planos individuais porque não estavam sendo remuneradas de acordo com os custos que têm. Isso porque o reajuste é regulado pela ANS e, como a inflação da Saúde é muito maior do que a inflação média do IPCA, é preciso que ele acompanhe os custos", disse.

Fonte: [Monitor Mercantil](#), em 20.12.2017.